



ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC EM MINAS GERAIS

CONCORRÊNCIA Nº 0016/2022

TRYX AÇÕES INTELIGENTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 20.079.368/0001-02, com sede na Av. Doutor Chucri Zaidan, 1550 – Vila Cordeiro – São Paulo – SP, cep: 04583-110, vem respeitosamente através de seu representante legal, com fundamento na Lei de Licitações 8.666/93, , subitem 13.1 do instrumento convocatório, bem como nos demais dispositivos aplicáveis, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da decisão que decidiu pela HABILITAÇÃO DA LICITANTE **AG GASTRONOMIA – AGUINALDO DIESEL**, pelos motivos de fato e de direito expostos a seguir:

DOS FATOS

No dia 04/08/2022 em sessão presencial, o **SESC** procedeu com a abertura da sessão pública da **CONCORRÊNCIA Nº 0016/2022**, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para a cessão onerosa de uso dos espaços do restaurante da unidade Sesc Araxá para prestação de serviços de café da manhã, refeições inclusas nos pacotes de excursões e exploração comercial dos serviços de almoço, jantar e lanchonete, e do refeitório do Colégio Sesc Araxá para o fornecimento de lanches aos alunos, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

Com a abertura das propostas comerciais, TIVEMOS A SEGUINTE CLASSIFICAÇÃO:

EMPRESA	VALOR
ALUISIO D'ALESSANDRO COSTA LTDA	R\$ 2.791.508,44
AGUINALDO DIESEL	R\$ 2.829.734,12
TRYX AÇÕES INTELIGENTES LTDA	R\$ 2.996.161,12
MRR ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA	R\$ 3.026.394,82

A comissão após análise dos documentos de habilitação da primeira colocada, decidiu por sua inabilitação.



Passando a análise da segunda colocada, entendeu pelo atendimento de todas exigências, a declarando como vencedora.

Pois bem, sem a pretensão de tumultuar o certame, mas apenas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento da lei e dos **princípios vinculados ao direito administrativo e as licitações**, se faz necessário a análise destas razões recursais para assim rever A DECISÃO PROFERIDA por afrontar o próprio instrumento convocatório elaborado pelo órgão licitante.

DO MÉRITO

“*Ab initio*” cumpre ressaltar que a empresa TRYX, situa-se hoje como uma importante empresa no segmento de serviço de nutrição e alimentação.

Tudo que representa a TRYX pode ser resumido em uma única palavra: confiança, um requisito fundamental para quem oferece produtos destinados a área da alimentação.

Produzindo e distribuindo produto e serviço de alta qualidade, atende aos mais rigorosos padrões de exigências, igualando-se ao que existe de melhor no mercado.

Para isso, a **TRYX** busca constante aprimoramento através de contínuos investimentos em tecnologia e profissionais especializados, com a missão de garantir a qualidade na sua prestação de serviço.

No seu compromisso de oferecer qualidade, a **TRYX** possui ampla estrutura além de contar também com logística capacitada para atender de forma rápida e eficiente.

Desta forma, destacamos também que atuamos em certames públicos, sendo experiente em procedimentos licitatórios organizados pela Administração Pública, seja direta ou indireta, para de serviço de nutrição e alimentação.

No âmbito das compras governamentais, a empresa **TRYX** possui como missão garantir o cumprimento da lei e dos princípios vinculados aos procedimentos licitatórios, pois somente desta forma garantiremos a legalidade e lisura de todo processo.

DAS RAZÕES DE PROVIMENTO DESTE RECURSO

A licitação é um procedimento administrativo destinado à seleção da *melhor proposta* dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a Administração Pública, para atender aos interesses públicos.

Por ser um **procedimento formal**, impõe-se o respeito às regras estabelecidas pela legislação de regência, constituindo direito público subjetivo a sua fiel observância, conforme se observa do disposto no art. 4º da Lei nº 8.666/93.

Destina-se, o procedimento licitatório, a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, **devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**, conforme determina o art. 3º da Lei de Licitações.

O **princípio da igualdade** impõe à Administração elaborar regras claras, que assegurem aos participantes da licitação **condições de absoluta equivalência durante a disputa**, tanto entre si quanto perante a Administração, sendo intolerável qualquer espécie de favorecimento.

A igualdade é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, vedando a existência de cláusulas que, no Edital, favoreçam uns em detrimento de outros.

O **princípio da vinculação ao instrumento convocatório** impõe tanto à Administração quanto ao particular, O ESTRITO CUMPRIMENTO DE TODAS AS CLAUSULAS DISPOSTAS NO EDITAL, sendo intolerável qualquer TIPO DE DESCUMPRIMENTO.

Por isso, A NÃO OBEDIENCIA AS CLAUSULAS DO EDITAL pode desequilibrar o certame, maculando a isonomia entre os licitantes e prejudicando o interesse público.

Portanto, a nenhum servidor da Administração Pública é dado, por qualquer modo, violar A LEI INTERNA DA LICITAÇÃO.

São por estas razões que a empresa **AG GASTRONIMIA – AGUINALDO DIESEL** não pode ser habilitada por flagrantemente ter descumprido exigência editalícia.



- **DA ANÁLISE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:**

O ATESTADO APRESENTADO se contrapõe ao determinado no item 8.4 do edital em comento, conforme demonstraremos.

8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de serviço de alimentação compatível com o objeto da licitação (café da manhã, refeições e lanches), por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando:

8.4.1.1. O quantitativo mínimo 18.263 refeições (café da manhã e/ou almoço e/ou jantar) no prazo máximo de 24 meses;

1. DO DESCUMPRIMENTO À EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. DO FUNDADO INDÍCIO DE INAUTENTICIDADE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

a) O atestado menciona a prestação de serviços no período de dezembro de 2015 a junho de 2022. Entretanto, através de simples consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da licitante é possível observar que a Empresa foi constituída em 19/07/2019.

- Atestado datando execução dos serviços no período de dezembro de 2015 de dezembro a junho de 2022.



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa MG GASTRONOMIA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.270.588/0001-15, estabelecida na rua da Bahia 2244, andar 5, CEP 30.160-019, Lourdes, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, detém qualificações técnicas para serviços de CAFÉ DA MANHÃ, BUFFET DE ALMOÇO E JANTAR E SERVIÇOS DE BARES E LANCHONETE.

Registramos que a empresa prestou serviços e entregou alimentação, executando operação nos restaurantes, bares e lanchonetes do MINAS TÊNIS CLUBE, servindo mais de 1.800 refeições (café da manhã e/ou almoço e/ou jantar) por mês, no período de dezembro de 2015 a junho de 2022.


Informamos ainda que as prestações de serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente até a presente data.

Belo Horizonte, 02 de agosto de 2022


Luiz Otávio Campos de Oliveira
Nutricionista
CRN Nº 15924
Minas Tênis Clube
Luiz Otávio Campos de Oliveira

Responsável Técnico (NUTRICIONISTA)

CRN-9: 15924



- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de abertura em 19 de julho de 2019.

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	Tipo	Data Abertura	Situação Cadastral	
34.270.588/0001-15	AGUINALDO DIESEL	ASSESSORIA AD	MATRIZ	19/07/2019	ATIVA	
Data da Situação Cadastral	Capital Social	Natureza Jurídica	Empresa MEI			
19/07/2019	R\$ 20.000	2135 - EMPRESARIO (INDIVIDUAL)	Não			
Logradouro	Número	Complemento	CEP	Bairro	Município	UF
R SAO GOTARDO	24		31010-400	SANTA TEREZA	BELO HORIZONTE 	MG 

Causa estranheza a execução de prestação de serviços ser mencionada num período no qual SEQUER a licitante possuía CNPJ vigente.

- b) Ainda mencionando irregularidades na apresentação do atestado, pode-se observar que, divergente ao que é solicitado no Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª região, que compreende o Estado de Minas Gerais, o referido atestado não menciona qual a unidade do MINAS TENIS CLUBE em que o fornecimento do serviço prestado é executado.

CRN-9: REQUISITOS PARA REGISTRO E AVERBAÇÃO DE ATESTADO

‘INDICAR NO CORPO DO ENDEREÇO COMPLETO DO LOCAL ONDE O SERVIÇO FOI OU ESTÁ SENDO EXECUTADO. ’

Critérios:

- O atestado a ser registrado deverá se referir a serviços prestados no estado de Minas Gerais;
- A empresa deverá ter Registro ativo no CRN durante o período em que foram executados os serviços que constam no atestado;
- A pessoa jurídica deve ter CRQ válida;
- O atestado deve ser emitido em papel timbrado do emitente e datado;
- O atestado deve ser assinado por nutricionista responsável técnico ou representante legal do emitente, devidamente identificado;
- Indicar no atestado o número documento que deu origem ao serviço (contrato, nota de empenho, etc.);
- Informar no atestado o período (início e fim) da execução do serviço, especificando dia/mês/ano;
- Indicar no corpo do endereço completo do local onde o serviço foi ou está sendo executado;
- Citar o(s) nome(s) do(s) nutricionista(s), número(s) de inscrição no CRN e os correspondentes períodos que executaram os serviços;
- Descrever, detalhadamente, o serviço executado (tipo e número de refeições produzidas)
- Os atestados e os requerimentos não podem conter rasuras, emendas ou danos de qualquer espécie;

O MINAS TENIS CLUBE possui, atualmente, 4 (quatro) unidades. Esta informação pode ser facilmente averiguada através do site: www.minastenisclube.com.br, no qual, pode-se constatar a existência dos locais:

- MINAS I (CF6)
- MINAS I (Sede Social)
- MINAS II
- MINAS NÁUTICO

No entanto, **NENHUMA** das unidades acima mencionadas é citada no atestado. Além disso, demais informações que poderiam contribuir para validação do documento não são evidenciadas, inclusive, não há informação a respeito de contato direto com representante do corpo jurídico do Minas Tênis Clube ou qualquer responsável que pudesse corroborar para a veracidade das informações contidas no documento.

c) QUANTO AO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO;

O documento informa data execução de **dezembro do ano de 2015 a junho de 2022**, o que é, novamente, sugestivo quanto à sua veracidade. Pois, de que forma os serviços prestados teriam sido continuados durante o período de pandemia que englobou TODO O MUNDO???

Sendo, neste período, inviável a abertura de espaços ao público, inclusive clubes. Ora, além do atestado não mencionar ininterrupto do fornecimento, também não há nenhum tipo de redução no quantitativo, o que nos leva à indagação:

COMO SERIA POSSÍVEL NUM PERÍODO PANDÊMICO, NO QUAL A POPULAÇÃO MUNDIAL FOI RESTRINGIDA À CIRCULAÇÃO, A EXECUÇÃO DO OBJETO SE MANTEVE SEM QUALQUER TIPO DE ALTERAÇÃO, CONTRARIANDO AS EXIGÊNCIAS ESTIPULADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE???

Diante de tais desconfiças, foram realizadas diversas diligências em face do atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa MG GASTRONOMIA (CNPJ:34.270.588/0001-15), e através de pesquisas de mercado foi constatado que a atual empresa que executa o fornecimento das refeições do MINAS TENIS CLUBE é a empresa **RISOTOLÂNDIA** (RISOTOLÂNDIA SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO LTDA) em todas as unidades desta instituição, cujo contrato de prestação de serviço foi renovado no mês de julho de 2022.

Ademais, foi identificado que a empresa MG GASTRONOMIA prestou serviços **pontuais em eventos** à esta instituição.

d) DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO NUTRICIONISTA RESPONSÁVEL TÉCNICO SOBRE SUA ASSINATURA NO PERÍODO CITADO;

Em consulta realizada ao perfil da rede LINKEDIN do Nutricionista Responsável Técnico Luiz Otávio Campos Oliveira, inscrito no CRN-9 sob o nº 15924, podemos observar que o mesmo menciona sua atuação no clube datada de início em **ABRIL DE 2019**. Ou seja, como poderia atestar a veracidade e sua responsabilidade sobre atestado no período anterior ao mencionado no mesmo?

Experiência



Nutricionista

Minas Tênis Clube - Tempo integral
abr de 2019 - o momento · 3 anos 5 meses
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

- Controle de Contrato (avaliação de satisfação, aprovação de cardápio, reuniões de alinhamento, dentre outros);
- Auditorias Internas;
- Treinamento de Colaboradores das Cozinhas Primarizados;
- Orientação aos terceiros;
- Elaboração de relatórios;



e) DA COMPROVAÇÃO DE PREPARO DAS REFEIÇÕES NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE:

Como citado nos itens anteriores, o atestado de capacidade técnica apresentado não contém informações necessárias a sua validação, pois impossibilita compreender se o preparo das refeições era realizado dentro das dependências da Contratante ou nas dependências da Contratada (caracterizando um objeto de prestação de serviços de alimentação transportada).

O Minas Tênis Clube, o qual a licitante alega ter prestado serviço, possui um espaço de produção das refeições com toda infraestrutura necessária? Se sim, por que esta informação foi omitida na elaboração do atestado? Ou seja, não possibilita a compreensão, uma vez que seu atestado, novamente, não responde ao questionamento.

Dessa forma, resta duvidoso a veracidade das informações trazidas no atestado fornecido pela empresa MG GASTRONOMIA, ainda mais quando analisamos o documento e vislumbramos que as informações ali mencionadas são incompletas e passíveis de questionamentos.

Assim, resta necessário a realização de novas diligências, onde deverá a Administração solicitar: Cópia do contrato da relação comercial entre a empresa MG GASTRONOMIA e o MINAS TENIS CLUBE, compreendendo o período mencionado no atestado; Notas fiscais fornecidas pela empresa MG GASTRONOMIA, apresentação dos comprovantes da folha de pagamento dos funcionários do respectivo quadro da equipe, comprovantes de pagamento de insumos necessários para execução do objeto.



Vale frisar que o caminho a seguir é o caminho da Lei, sobretudo porque, como bem ensinou o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles:

“Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa ‘pode fazer assim’; para o administrador público significa ‘deve fazer assim’”. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 83.)

O Órgão Licitante, ao dar publicidade ao Edital do certame licitatório **resta vinculado, por força legal**, aos seus exatos termos, pelo que não poderia olvidar dos imperativos neles constantes, nos termos do art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93.

Como observa JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR:

“o descumprimento de disposição editalícia, pela Administração, equivale à violação do direito subjetivo dos licitantes de se submeterem ao certame segundo regras claras, previamente fixadas, estáveis e iguais para todos os interessados.”.

Comentando o Art. 41 da Lei de Licitações, MARÇAL JUSTEN FILHO aduz:

“O instrumento convocatório (seja edital, seja convite), cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando-se a regra do Art. 41 com aquela do Art. 4o, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao Edital, seja quanto as regras de fundo quanto àquelas de procedimento.”

Em ocasião pretérita, o Poder Judiciário assim julgou:

*“**Ementa:** mandado de segurança. Licitação. Inabilitação para participar do concurso nº 03/2015/PROAC, que tinha por objeto a seleção de vinte projetos de obras de produção de espetáculo e temporada de teatro, no Estado de São Paulo, com prêmio de R\$50.000,00, cada. Edital que vincula todos os participantes do concurso. **É a lei do certame no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório ou vedação nele constante. O não preenchimento dos requisitos exigidos implica inabilitação do participante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei nº 8.666/93.** Participante que não apresentou documentação essencial à habilitação. Correção na ata foi apenas para excluir o projeto e corrigir o equívoco cometido. Sentença mantida. Recurso conhecido e não provido” (AP 1048199- 52.2015.8.26.0053, Rel. Des. Vera Angrisani, 12ª - Câmara Extraordinária de Direito Público, Data do julgamento: 13/07/2017).*

Por óbvio que a recorrida não evidencia de forma clara e objetiva os fundamentos que garantem a validação do atestado, **APRESENTANDO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA INCOMPATÍVEL.**

Outra conduta não se espera da ilustre comissão de licitação a não ser a inabilitação da empresa recorrida, visto a Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza.

Sendo que a lei nesse caso é o edital que ela mesmo elaborou.



DO PEDIDO:

Conforme demonstrou o recorrente, o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa recorrida afronta a veracidade do atestado;

Isso posto, requer-se:

O recebimento do presente recurso com o ACATAMENTO INTEGRAL DESTAS RAZÕES RECURSAIS PARA QUE A DECISÃO PROFERIDA SEJA REFORMADA E A ORA RECORRIDA SEJA INABILITADA, POR APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA INCOMPÁTIVEL COM O OBJETO LICITADO, com o deferimento deste recurso, os princípios administrativos da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório estarão preservados.

Termos em que pede deferimento.

São Paulo, 12 de agosto de 2022.

EGAS CARAMASCHI
SÓCIO

TRYX AÇÕES INTELIGENTES LTDA.
CNPJ: 20.079.368.0001-02
Telefone: (11) 4210-3200